

WWF mostra os prejuízos da depredação

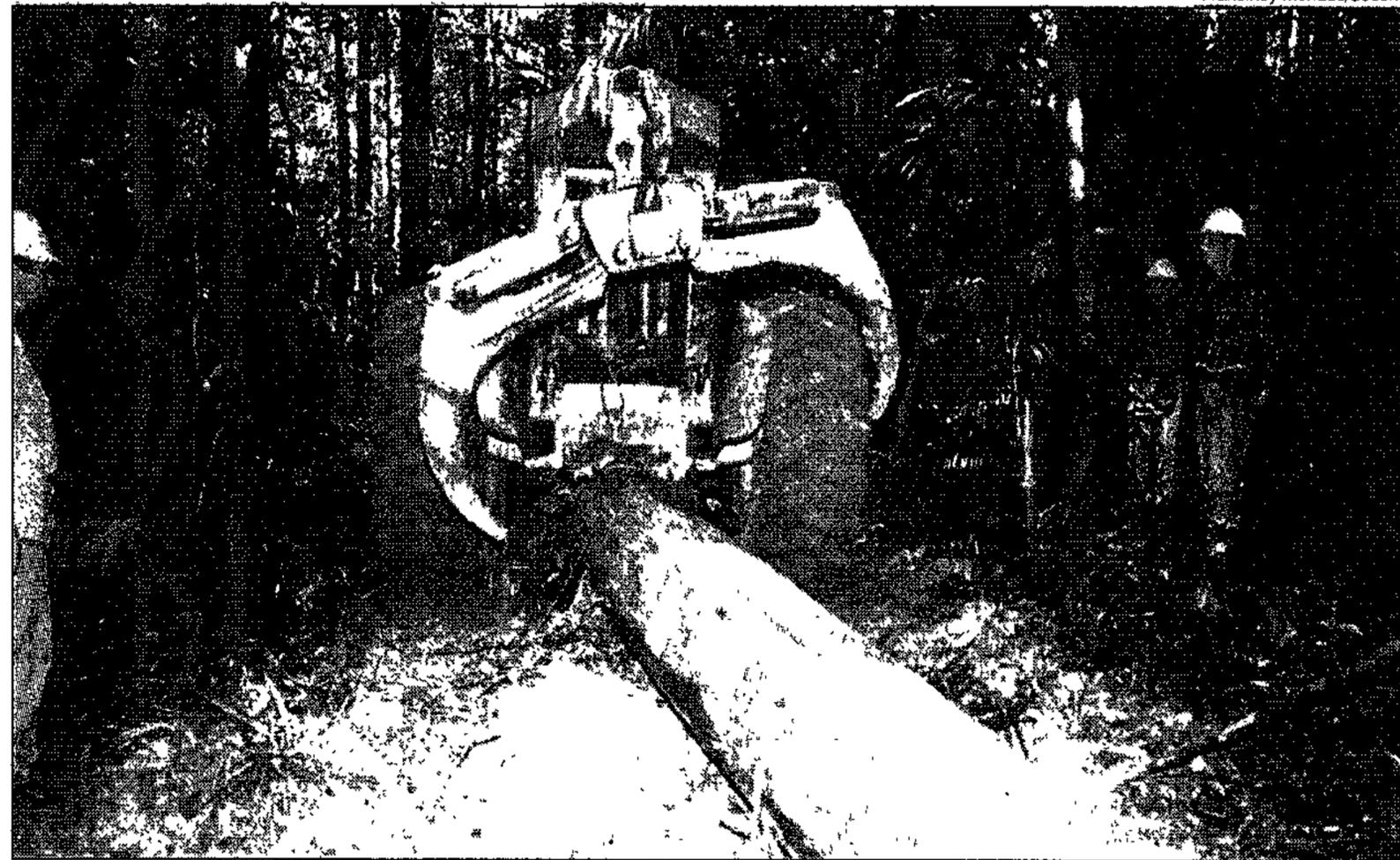
Roseli Garcia

Franciney Mendes/Secom

BRASÍLIA - A exploração predatória da floresta está restringindo a participação brasileira no mercado externo. O Brasil tem autorização para exportar 18 mil metros cúbicos de mogno, por ano, e não consegue vender 10 mil metros cúbicos. A Inglaterra está preferindo comprar a madeira da Bolívia. Os importadores trocaram o carvão brasileiro pelo africano, que é acompanhado pelo certificado de garantia. A avaliação do mercado foi feita ontem pelo diretor executivo da World Wild Fund (WWF), Garo Batmanian, durante audiência na Comissão Externa da Câmara dos Deputados que investiga as atividades das madeireiras asiáticas na Amazônia.

Batmanian reconheceu que a exploração com planejamento sustentável encarece a produção, mas traz retorno financeiro. "O plano de manejo está se tornando uma exigência para a conquista do mercado externo". Ele anunciou que a principal comprador de madeiras para a Inglaterra - receptadora de 50% do mogno - já definiu prazo para certificado de garantia das fornecedoras. Sem certificado, o contrato de venda será suspenso a partir de 1999. Segundo o representante da WWF, o plano de manejo define o critério de investimento, diminui o risco de capital e do meio ambiente.

No mercado externo, o mogno brasileiro é associado a desmatamento e a problemas com os índios, afirma o diretor do Fundo Mundial para a Natureza. "Os países desenvolvidos estão evitando comprar produtos com esses tipos de problemas", observa.



A forma predatória como o País lida com seus recursos naturais transforma-se em propaganda negativa

Amacol é única a ter selo de garantia

No Brasil, apenas a indústria de compensados Amacol, localizada no Pará, tem selo de garantia. O certificado de qualidade ainda é novidade no País, onde um grupo de trabalho - formado por ONGs, universidades e governo - estão discutindo normas e técnicas para implantar o Conselho de Manejo Florestal.

Com padrão internacional, esse grupo será o fiscalizador das empresas de auditorias ambientais que vão fornecer o selo de garantia. O diretor do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Paulo Amaral, afirmou existirem alternativas para exploração sustentável, desde que o Governo Federal adote um programa

de política ambiental. Além de uma rigorosa fiscalização, o aumento de impostos para quem não faz manejo florestal foi uma das propostas de Amaral. Outras opções citada foram a redução do Imposto Territorial Rural (ITR) e a aplicação de recursos do Fundo Constitucional do Norte (Finor) em programas sustentáveis.

28/5/97
Acadêmica
A10